

Prof^a. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Professora de História Medieval da UERJ. Doutora em História Social pela USP.

Leitores do Rio de Janeiro: bibliotecas como jardins das delícias



"Viva, assim como animais domésticos dos quais se precisa cuidar, a biblioteca particular exige que se esteja atento a ela. Da mesma forma que se muda uma planta de vaso, pode se modificar o conteúdo de suas prateleiras."

Alain Nadaud

Os leitores cariocas mais preocupados com o cultivo de uma espécie de jardim das delícias, à maneira de Montaigne, grande apreciador de livros e freqüentemente ocupado com a sobrevivência de sua biblioteca, deixaram vestígios das suas preferências

literárias, sobretudo em inventários. Médicos e advogados, ciosos das escolhas feitas em vida, cuidaram para que seus acervos ficassem preservados em família ou entre amigos.

Uma das maiores dificuldades que se apresentam para o aprofundamento do estudo das bibliotecas examinadas é a compreensão do diálogo entre a novidade e a herança que envolve cada um dos modelos de coleção. Para Daniel Roche falar das bibliotecas é sobretudo "tentar descrever a história da facilidade de acesso aos impressos e manuscritos nos quais intervêm simultaneamente a extensão, quantificável, dos meios e das práticas, e a mudança, qualificável, da

cultura de um tempo em comparação às suas práticas".¹ Esta conduta permitiria uma melhor troca de conhecimentos em virtude desta pluralidade de situações que se apresenta para o estudioso. Perceber as mudanças e as permanências através das transformações do acervo das bibliotecas pressupõe um diálogo entre o historiador e as fontes.

A estas possibilidades acrescentam-se dificuldades, na medida que o livro guardado no espaço privado contrapõe-se, em situação, ao livro instalado para uso no espaço público. O primeiro pode ser instalado na desordem, como podemos perceber estudando os inventários, e os outros se instalavam na ordem e na classificação que se buscava aperfeiçoar, como tivemos uma amostra no caso das bibliotecas para uso público.

O gabinete ideal do colégio Jesuíta que testemunha, por exemplo, a obra *Vocations Autumnalls*, a biblioteca de Voltaire em Ferney, a biblioteca de Montaigne como a de Diderot expõem algumas maneiras de criar um espaço que organize a vontade de proteger, de exibir, de criar um lugar adaptado ao trabalho do intelectual como a sociabilidade.²

Mas tomar esta aparente desordem das bibliotecas particulares como falta de organização é projetar nossas ansiedades contemporâneas nas formas das diversas práticas de ter, utilizar e exibir livros nos finais do século XIX e início do século XX,

segundo as práticas em voga na época. As funções da utilização dos livros nos espaços privados envolviam leituras em voz alta, livre e fácil acesso aos livros para leituras, aqui e ali, sem compromissos rígidos com a continuidade, o tempo aberto para presença dos amigos e leitores eventuais, interessados no cultivo das sociabilidades culturais. No momento do registro cartorial durante o processo dos inventários estas diferenças também mantinham-se nítidas.

Cada um deles pensou em uma organização especial para as bibliotecas, de modo que todas se formaram com características bem próprias, tendo, no entanto, alguma organicidade comum, que era o privilégio para obras de cunho profissional. Como registrou Alain Nadaud³, os cuidados com a disposição que os donos deram a suas bibliotecas ajudam a organizar e compreender melhor o conteúdo de suas prateleiras e suas escolhas bibliográficas ao longo da vida.

Repetindo as antigas indagações de Mornet: que livros possuíam estas pessoas? Ou, ainda, perguntando de forma mais ambiciosa, o que liam estes homens? Teremos boas respostas através dos inventários. De um total de 97 advogados e 192 médicos com documentação específica no Arquivo Nacional⁴, foram localizados inventários que pertenciam a familiares próximos e antepassados. As datas definidas nos documentos abarcavam da segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX.

O estudo de bibliotecas, principalmente das remanescentes de inventários, apresenta certas armadilhas para o pesquisador, como o expurgo de parte do acervo por controle da família, ou simplesmente por empréstimos ou

doações não especificados, que mascaram o perfil do conjunto. No tocante às bibliotecas examinadas, procurei, na medida do possível, diversificar as fontes de informações sobre o conjunto de livros que as

(art. 686)

Livrarias

Art. 686

Livrarias.

- A. J. Castilho & C., r. S. José, 107.
 Adolpho de Castro Silva & C., r. Rosario, 81, Teleph. 402; socios:
 * Adolpho de Castro e Silva, r. Rosario, 81 e r. Barão de Mesquita, 12.
 * Albino José de Castro e Silva; ☉ 2, r. Rosario, 81 e r. Barão de Mesquita, 12, Teleph. 5031.
 Alexandre Ribeiro & C., r. Quitanda, 79 B e Rosario, 64 e depósitos r. Quitanda, 58 e r. S. José, 48; socios:
 * Alexandre Augusto Ribeiro, r. Quitanda, 79 B.
 * Augusto Gonçalves Moreira, r. Quitanda, 79 B.
 Alves & C., especialidades: livros collegiaes e academicos, r. Gonçalves Dias, 46 e 48, C. do Correio B. (Vide *Almanak das Provincias*, pag. 1045); socios:
 * Francisco Alves de Oliveira, r. Gonçalves Dias, 46 e 48.
 * Nicolau Antonio Alves, r. Gonçalves Dias, 46 e 48, e ladeira do Senado, 25 A, commanditario.
 * Manoel Maria dos Santos, r. Gonçalves Dias, 46 e 48, interessado.
 Antonio Augusto da Silva Lobo, r. Sete de Setembro, 81.
 Antonio Roberto Costa, r. S. José, 118.
 Antonio Teixeira de Castro Dias, r. Andradas, 28.
 Augusto Fancho, r. S. José, 94.
 Augusto Richard, r. Bern. de Vascencellos, 101.
 B. L. Garnier, ☉ 6; ☉ 3 de P., r. Ouvidor, 71.
 Brandão & Moreira Maximino, r. João Alfredo, 90, antiga da Quitanda, (Vide *Notab.* pag. 1918), socio:
 * Antonio José Gomes Brandão, ☉ 5; ☉ 3, r. Quitanda, 90, e r. Santa Amaro, 35.
 British & F. Bible Society, r. 7 de Setembro, 71. (Vide *Notab.* pag. 1989), agente:
 * João M. C. dos Santos, r. 7 de Setembro, 71 e r. S. Joaquim, 175.
 Carlos Gaspar da Silva, r. Quitanda, 111 e 113, Teleph. 30.
 Carvalhaes & C., r. Ourives, 55; socios:
 * Carlos de Carvalhaes Pinheiro, r. Ourives, 55.
 * Leandro B. Pereira, r. Ourives, 55.
 Cruz Coutinho, r. S. José 76; dono:
 * Francisco Rodrigues da Cruz Coutinho Carvalho, r. S. José, 76.
 Fernandes, Ribeiro & C., r. Quitanda, 72, e r. Rosario, 47; socios:
 * José Fernandes Couto, r. Quitanda, 72.
 * Maximiano Xavier Vaz Osorio, r. Quitanda, 72.
 * Heitor Ribeiro da Cunha, r. Quitanda, 72.
 G. de Araujo & C., r. Gen. Camara, 9; socio:
 * Gabriel Pinto de Araujo, r. Gen. Camara, 9.
 Gonçalves Mendes & C., r. Ouvidor, 25 B e 38; socios:
 * Julio Gonçalves Mendes, r. Ouvidor, 25 B e 38, e r. Bispo, 36 C.
 * Antonio Manoel Fernandes da Silva, r. Ouvidor, 25 B e 38, comm.
 * Antonio Placido Marques, r. Ouvidor, 25 B e 38, inter.
 * Joaquim Cardoso Pereira, r. Ouvidor, 25 B e 38, inter.

804

Almamaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e da provincia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Universal de E. & H. Laemmert, 1876.

compunham. Apesar da maioria não estar catalogada com rigor, foi sobre esses registros que elaborei estas reflexões.

Status, educação, riqueza e influência política enfeixavam-se em poucas mãos, numa cidade como o Rio de Janeiro na virada do século.⁵ Os inventários, verbas testamentárias, escrituras e outros documentos de cunho particular são ótimos indicadores desta relação.

Na sua forma básica, um inventário post-mortem apresentava-se dividido em três partes: a primeira, onde o inventariante - que podia ser membro da família, amigo ou um representante legal nomeado - identificava a si e ao morto, indicando deste a profissão, o endereço residencial, os possíveis herdeiros e a causa da morte, e fazendo menção, de forma resumida, aos bens pessoais do falecido. Nessa fase poderiam ser incluídos, se existissem, o testamento e a escritura antenupcial; a segunda, na qual se apresentava a relação completa dos bens, com a respectiva avaliação, elaborada por profissional especialmente nomeado para esse fim, que visitava os locais onde se encontravam os pertences e relatava por escrito todos os seus passos neste processo; e a terceira, que concentrava petições e quaisquer outros pedidos formais dos interessados na herança e a conclusão sobre a partilha e/ou meação, quando cabíveis.⁶

Em diversos casos, no entanto, essa

padronização não ocorreu. Às vezes, o escrivão generalizava suas declarações sobre os bens móveis, até pela ausência de um critério padronizado para a descrição de alguns bens, como gabinetes e bibliotecas, por parte dos funcionários encarregados desse tipo de tarefa. Com isso, prejudicava-se a caracterização dos objetos que se deseja estudar. Ao contrário, alguns eram bastante minuciosos e faziam anotações precisas. Uns ficaram inconclusos; outros, por problemas de má conservação, tornaram-se inacessíveis.

Advogados e médicos eram categorias sócio-profissionais com grande participação no conjunto das atividades político-administrativas brasileiras. A produção historiográfica já tratou dessa relação em diversos estudos importantes. Roderick Jean Barman e José Murilo de Carvalho realizaram acuradas análises sobre a atuação dos advogados na vida política do Império e os desdobramentos do bacharelismo na vida pública brasileira, através de análises prosopográficas. Na sólida obra de Licurgo Santos Filho, o tratamento dado ao papel dos médicos criou uma espécie de biografia coletiva alentada, representando uma abordagem única sobre a evolução dos conhecimentos médicos no Brasil.⁷

Médicos e advogados faziam parte dos 17% da população livre que podiam ler e escrever. Estavam entre os eleitores,

que por volta de 1889 não ultrapassavam o total de 125.000 pessoas.⁸ Em meados do século XIX, os currículos adotados por escolas do Rio já evidenciavam uma forte influência de autores clássicos ou franceses, ou ainda clássicos comentados por estudiosos franceses, tendência que era reforçada nos cursos universitários.⁹ Na passagem do século, esta influência se atenuou, acrescentando-se às humanidades e à gramática cursos de ciências naturais, geografia, matemática e história, que enriqueciam e ampliavam a formação.¹⁰ A verdadeira ruptura em direção a novas leituras e novas práticas ocorreu sobretudo no início do século XX, a partir dos cursos de Medicina que, desta forma, lutavam pela sua modernização. Sobretudo a partir de 1900, com a introdução de métodos científicos e experimentais, o anacronismo intelectual em vigor foi-se transformando. Novas técnicas cirúrgicas, a criação de assistência sistemática aos alienados, a fundação do Instituto Oswaldo Cruz, que permitiu avanços nos estudos de medicina tropical, tudo isso colaborou na criação de uma nova tendência das pesquisas científicas, que se soltaram de suas amarras acadêmicas e oratórias para inaugurar uma nova proposta, que alcançou, inclusive, grande respeito internacional. Quanto aos advogados e juristas, as mudanças tornaram-se possíveis a partir de novas leituras de obras que lentamente se libertavam do

quase exclusivismo de alguns autores, como Bentham, por exemplo.¹¹

Frente às novas necessidades da clientela, as obras consumidas pelos profissionais mudaram gradativamente de perfil, obrigando a uma modificação do tipo de oferta que se fazia na propaganda das livrarias e anúncios especiais sobre livros. Estas mudanças também podem ser observadas nas obras localizadas nas bibliotecas dos profissionais em atividade, nas duas primeiras décadas de nosso século, em relação aos períodos anteriores. As novas perspectivas nacionais e internacionais exigiam uma reformulação dos critérios de formação e atualização de juristas e advogados, que foram substituindo pouco a pouco obras de Bentham por outras de Spencer e, em alguns casos, Proudhon, Tucker, Carlyle.¹²

Estas obras ficavam, muitas vezes, incorporadas ao acervo de livros de diversos médicos e advogados, algumas delas em razão de referências explícitas, que as tornavam de uso obrigatório em face de exigência dos currículos de colégios e outros cursos preparatórios, como Racine, Chateaubriand, Sainte-Beuve, Corneille e Molière, que podiam ser encontradas em muitas bibliotecas particulares. Outras eram adquiridas por interesses pessoais do leitor. Mas qual seria o tipo de livro que realmente ocupava os espaços das prateleiras de advogados e médicos e como as escolhas foram-se modificando?¹³

Em bibliotecas já compulsadas por

vários estudos que trataram do tema, na transição do século XVIII para o XIX, o 'livro sedicioso' ou a 'perigosa literatura francesa'¹⁸ guardava um lugar especialíssimo. De uma forma ou de outra, pareciam marco de bibliotecas

mais modernas ou mais inseridas nas problemáticas do seu tempo. As transformações políticas, sociais e ideológicas permitiram que estas obras deixassem o terreno do proibido e fossem assimiladas pelo público que

Livrarias	(art. 686)
Guimarães & Ferdinando, r. Ouvidor, 35; socios:	
* Joaquim da Costa Leite Guimarães, r. Ouvidor, 35.	
* Alberto Ferdinando Cogorno de Oliveira, r. Ouvidor, 35.	
H. Lombaerts & C., r. Ourives, 7, Teleph. 204, e r. Assembléa, 76.	
Henry Berger, r. Brolitto, 26 P. ^a 1. ^a Milão. (Vide Notab., da Italia).	
J. G. de Azevedo, r. Uruguayana, 33.	
J. Guimarães & C., r. Gen. Camara, 22.	
João M. G. dos Santos, agencia das Escripturas Sagradas em diversas linguas, r. Sete de Setembro, 71, e r. S. Joaquim, 175 (Vide Notab., pag. 1989).	
José Antonio Pereira de Araujo, r. Gonçalves Dias, 64.	
José Gomes de Azevedo, r. Uruguayana, 33.	
José Joaquim de Souza Peixoto, r. S. José, 93.	
José de Mello; 3 de P., r. Quitanda, 38, C. do Correio 571	
Filial da antiga casa editora David Corazzi, de Lisboa. Recbe assignaturas para todas as publicações da mesma casa. Jornaes de modas para homens e senhoras, periodicos illustrados, romances em fasciculos, obras de instrucção e recreio, etc. Remessa gratuita de catalogos e prospectos.	
L. Vigué, r. S. Francisco de Assis, 8.	
Laemmert & C. , editores do presente <i>Almanak</i> r. Ouvidor, 66, Teleph. 379, <i>Livraria Universal</i> , estabelecida em 1828; socios:	
* Egon Widmann Laemmert, r. Ouvidor, 66, Teleph. 379, e r. Jardim Botânico, 2.	
* Arthur Sauer, r. Invalidos, 71, e r. Jardim Botânico, 2.	
* Gustavo Massow, r. Ouvidor, 66, Teleph. 379.	
Além das suas afamadas Folhinhas (publicadas desde 1839) edição 110.000 exemplares e de mais de 500 obras já editadas por sua casa, a maior parte sobre assumptos scientificos e sérios, têm o mais completo sortimento de livros das linguas cultas europeas, jornaes francezes, allemães e inglezes. Catalogos mensaes, sobre todos os ramos de conhecimentos humanos, gratis sobre pedido. Expedição para todos os Estados da Republica. Assignaturas de Jornaes.	
Livraria do Centro Bibliographico, r. Gonçalves Dias, 41.	
Livraria Evangelica. — Deposito de Biblias e tratados religiosos, livros para a infancia, etc., r. Club-Gymnastico, 15.	
Livraria Universal, r. Ouvidor, 66. Teleph. 379. (Veja neste artigo Laemmert & C.).	
Livraria do Povo. Casa de 4 portas, r. S. José, 65 e 67.	
Lopes do Couto & C., r. João Alfredo, 24. socios:	
* José Alexandre Lopes do Couto, 3, r. João Alfredo, 24, e pr. de Botafogo, 10.	
* Joaquim Teixeira Pinto de Mesquita, r. João Alfredo, 24.	
* João Lopes da Cunha, r. João Alfredo, 24, interessado.	
Lopes da Silva Lima & Amaral, Livraria dos Dous Mundos. r. S. Salvador, (Vide art. 716 e Notab. pag. 1893).	
Luiz Macedo & Julio, r. João Alfredo, 64.	
Matheus, Costa & C., r. Quitanda, 120.	

Almamaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e da provincia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Universal de E. & H. Laemmert, 1876.

tinha acesso aos livros de maneira cotidiana. A leitura, por parte dos grupos escolarizados, tornou-se mais freqüente; sua presença em bibliotecas públicas ou particulares, uma rotina.¹⁵

Os inventários, verbas testamentárias, testamentos e alguns acervos particulares podem dar algumas respostas sobre o gosto pelos livros entre médicos e advogados. Muitos dos documentos do acervo vinculado ao poder judiciário, no Arquivo Nacional, são fontes de raro valor, mas não possuem características tão homogêneas entre si, nas referências a livros.

Para que fosse possível quantificá-las e analisar seu conteúdo, cada caso foi objeto de estudo isolado quando havia vinculação com livros, bibliotecas ou quaisquer indícios que registrassem a sua existência. Havia escrivãos diligentes, que registraram cada um dos volumes encontrados; outros, menos atenciosos, ao perceberem que as obras não tinham valor significativo em relação ao monte dos bens, registraram-nas genericamente. Houve, ainda, famílias que não tiveram o cuidado de incluir os volumes existentes nas casas ou nos escritórios como parte integrante do que deveria ser avaliado.

Alguns testamentos, verbas testamentárias ou inventários registram casos esporádicos de livros deixados como herança, onde se declarava o conhecimento que o doador tinha do apreço manifestado pelo herdeiro e pela

obra que lhe havia sido destinada. As verbas testamentárias eram, por sua natureza, sintéticas, e nelas não se especificavam os volumes doados. Esse fato deixa dúvidas sobre uma outra questão, que muitas vezes não ficou explicitada: quais as obras que despertavam maior interesse nesses espaços íntimos, ou ainda, as mais valiosas dentre as existentes nas bibliotecas? Na medida do possível, isto é, dentro do que o diálogo com a documentação permitiu, procurei analisar o perfil destes acervos particulares e as relações de interesse e gosto específico que uniam os integrantes de um círculo privilegiado de leitores.

Estudos anteriores e a movimentação do comércio livreiro, no período, levam a respostas específicas quanto ao aparecimento habitual de determinadas obras nos acervos particulares: obras em francês, tanto clássicas quanto de literatura leve, do tipo folhetim, narrativas de viagens, poesias, romances, textos de teatro e leituras técnicas ou específicas de cada ramo profissional. A censura formal, nesse período, não pesava tanto sobre a seleção de textos quanto, por exemplo, no começo do século XIX. Porém, as tradições morais e culturais eram fatores preponderantes na escolha dos livros a serem introduzidos no espaço doméstico. A transição do século, contudo, foi marcada por novas

tendências e influências: textos em alemão e inglês se tornaram mais habituais, além da produção de livros baratos e com textos referentes a temas de fácil vulgarização.

Gilberto Freire tratou por muitas vezes da questão das preferências por determinadas leituras. Examinou questionários que enviou a pessoas conhecidas, nos quais indagava sobre as opções de leitura ao longo de suas vidas. Com outras abordagens, Lawrence Hallowell, Brito Broca e Antônio Cândido trataram do tema, mas a especificidade das fontes exigirá outros tipos de abordagem, adaptadas às nossas condições, a partir dos estudos de Roger Chartier, Henry Jean Martin, Parent-Landeur, Michel Marion e Robert Darnton.¹⁶

Produzidos dentro de suas próprias casas e com o registro de seus bens mais pessoais, os documentos relativos à vida e à morte desses homens nos deixaram importantes informações, mesmo que truncadas, de suas relações com o objeto livro. Muitas vezes os documentos localizados não dizem respeito diretamente ao profissional nomeado nas listagens do Almanaque Laemmert, mas a pessoas da família. São inventários de esposas, filhos, irmãos, cunhados que expõem com bastante detalhes a vida privada de todos os envolvidos.

O conselheiro Antônio Pereira Rebouças teve uma descrição de sua biblioteca

quando do falecimento de sua mulher. Os títulos arrolados apontavam para obras de interesse profissional do meeiro. Em móveis de escritório a avaliação foi de Rs. 613\$000 e em livros, uma 'enorme quantidade', de Rs. 2:757\$500, valor importante em um monte líquido de Rs. 54:971\$446. O dr. Rebouças era advogado aprovado pelo governo brasileiro perante a Comissão mista entre Brasil e Inglaterra.¹⁷ Primeiramente registrou-se de forma genérica algumas obras:

(...) Coleções de Ordenações e seus repertórios, um deles de grande formato, Sistemas de Regimentos, Coleções de leis de edição portuguesa e das do Brasil, obras jurídicas em língua portuguesa, latina e francesa, dicionários de todas as línguas cultas, obras de política, de ciências e de literatura em geral.¹⁸

O registro foi um dos mais minuciosos, definindo-se inclusive os locais das estantes onde se encontravam os livros:

(...) 2ª estante a direita

- 134 - Repertório geral das leis
extravagantes - 2 vols. Rs.8\$000
- 135 - Repertório geral - 3 vols. Rs.9\$000
- 136 - Legislação brasileira - 4 vols.
Rs.4\$000¹⁹

Com rica e sólida mostra de exemplares vinculados a questões de jurisprudência, a biblioteca tinha numerosos livros de história, obras completas de autores franceses, como Molière, Corneille, Pascal,

Chateaubriand, Montesquieu, Mirabeau. Até o número 405 da relação as obras eram todas encadernadas, sendo o restante brochuras. Pelo perfil jurídico apresentado e pelo conjunto dos livros pode-se avaliar que a biblioteca pertencia ao conselheiro. Apesar de ter deixado testamento e definido vários pequenos quinhões suplementares a cada um de seus oito herdeiros, inclusive a liberdade de uma escrava, d. Carolina não se preocupou em destinar a biblioteca, possivelmente por considerá-la como bem de seu esposo.

Acervo da biblioteca da família Rebouças

Teologia	10 lotes
Jurisprudência	223 lotes
Ciências e Artes	26 lotes
Belas letras	89 lotes
História	82 lotes

Fonte: Inventário de Carolina Pinto Rebouças - AN

O doutor Luiz Pientzenauer formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1845. Era membro da Academia Imperial de Medicina, sendo citado em elogio biográfico proferido pelo dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, em 30 de junho de 1880, na sessão de aniversário da Academia. Falecido nesse mesmo ano, em 23 de setembro, aos 50 anos de idade, teve o inventário aberto pela sua mãe, dona Emilia Carolina Viana Pientzenauer, na ausência de sua mulher. No entanto, o inventariante foi o dr. Manuel de Araújo

dos Santos, responsável pelos cinco herdeiros deste médico que tivera uma prática intensa durante o exercício da profissão. Na avaliação de seus bens foi preponderante a presença de seus instrumentos de trabalho: esqueleto desarticulado, peças anatômicas, microscópio, fórceps, sanguessugas.²⁰ Uma maciça quantidade de livros de medicina, desde dicionários até tratados muito específicos, e dez volumes daquilo que o escrivão chamou genericamente de 'biblioteca de algibeira'. Os livros estavam assim distribuídos:

Acervo da biblioteca de Luiz Pientzenauer

Teologia	1 lote
Jurisprudência	
Ciências e Artes	222 lotes
Belas letras	36 lotes
História	25 lotes

Fonte: Inventário de Luiz Pientzenauer - AN

O dr. Pientzenauer morreu deixando seus filhos em má situação financeira. A penúria em que ficaram seus herdeiros apareceu ao longo do inventário: estudaram pouquíssimo e não o seguiram nos estudos de medicina. Arthur, o filho mais velho, foi tutor do irmão Oscar, a partir do momento em que o último fez 15 anos. Não houve registro de suas atividades e sobre Arthur mencionou-se ter trabalhado como desenhista na Estrada

de Ferro Pedro II. Júlia, a mais nova, ao fazer seu pedido de emancipação, para ter o direito de receber a doação de apólice da dívida pública, obtida por uma subvenção levantada entre alguns comerciantes da Corte, dirigiu uma petição muito enfática ao Juízo dos Órfãos: "É a suplicante pobre e sendo de pública notoriedade a sua capacidade, pede dispensa de prová-la por testemunhas, o que acarretaria despesas, incompatíveis com o seu estado atual de fortuna".²¹

O acervo do dr. Pientzenauer confirma a hipótese de que a formação do médico na época era abrangente. As obras arroladas passavam pelos mais diversificados temas de medicina: um guia de memória, manual de farmácia, biologia, anatomia, cirurgia, doenças de

olhos, obstetrícia, dissecação, higiene nas mulheres nervosas, sífilis, cólera morbo. Mas gostava de literatura, história e filosofia, pois entre os livros havia romances de Júlio Verne e Victor Hugo, Alexandre Herculano, Ponson de Terrail (24 volumes do Rocambole), e obras de Cantu e Pascal, além de atlas, dicionários, teses e jornais.

A biblioteca foi leiloadada, junto com objetos da casa, pelo leiloeiro João Bancalari, que apurou a importância líquida de Rs. 2:275\$640, recolhida ao cofre dos órfãos juntamente com Rs. 63\$58, comissão do leiloeiro, que abriu mão em favor dos menores.²² O monte declarado pelos avaliadores foi de Rs. 10:347\$235, do qual deduziram-se algumas despesas, restando Rs. 9:020\$065. A administração deste



Biblioteca Nacional.